



III SEMINÁRIO NACIONAL SOBRE URBANIZAÇÃO DE FAVELAS - URBFAVELAS
Salvador - BA - Brasil

ARTICULANDO MIGRAÇÕES E MOVIMENTOS SOCIAIS: A SEGREGAÇÃO URBANA EM
FLORIANÓPOLIS A PARTIR DO PERFIL DE SEM-TETOS

Francisco Canella (UDESC) - franciscocanella@hotmail.com

Professor da UDESC. Pesquisador e extensionista na periferia urbana de Florianópolis. Professor do Programa de Planejamento Territorial e Desenvolvimento Socioambiental

ARTICULANDO MIGRAÇÕES E MOVIMENTOS SOCIAIS: A SEGREGAÇÃO URBANA EM FLORIANÓPOLIS A PARTIR DO PERFIL DE SEM-TETOS

Resumo

O presente trabalho discute a dinâmica de segregação urbana na área metropolitana de Florianópolis, relacionando-a com a estigmatização da figura do migrante e com a forma como os conflitos tem historicamente se configurado na cidade. São analisados dados das recentes ocupações organizados pelo Movimento dos Sem-Teto na Grande Florianópolis na primeira metade da presente década. O artigo também discute a forma como a área metropolitana historicamente se constituiu, seus principais conflitos e o lugar ocupado pelas suas áreas de pobreza entre os anos de 1990 e 2015.

Palavras-chave: Segregação urbana. Sem-teto. Migrante.

ST-5: Outras Práticas Sociais em Favelas, Bairros e Assentamentos

1. INTRODUÇÃO

O crescimento das metrópoles contemporâneas tem sido acompanhado pelo intenso debate acerca dos problemas por elas enfrentados. No caso das cidades brasileiras, fenômenos como a expansão das áreas de pobreza revelam o quanto as cidades transformaram-se numa das principais faces das desigualdades sociais e econômicas. Os problemas urbanos revelam que as cidades, longe de conduzir aqueles que a habitam às benesses da modernidade, produzem realidades de pobreza e segregação. Não é à toa que uma significativa parte da produção intelectual dedicada às cidades têm tido como pano de fundo e como horizonte político a questão do direito à cidade. O presente artigo pretende indagar quem são os atores que têm vedado o seu direito à cidade. A premissa básica é que os movimentos sociais que envolvem conflitos por moradia permitem visibilizar esses atores de uma forma privilegiada pois reúnem em situações extremas os atores sociais afetados pela precariedade de moradia. Nos conflitos recentes por moradia em Florianópolis, ocorridos entre 2012 e 2015), que correspondeu a um ressurgimento do movimento dos sem-teto na cidade, ficou evidenciada a forte presença de migrantes nessa população.

O artigo pretende discutir a dinâmica de segregação urbana na área metropolitana de Florianópolis, relacionando-a com a estigmatização da figura do migrante¹ e com a forma como os conflitos tem historicamente se configurado na cidade. Para tanto, são trazidos dados das recentes ocupações que tiveram lugar na Grande Florianópolis na primeira metade da presente década. O artigo também discute a forma como a área metropolitana historicamente se constituiu e o lugar ocupado pelas suas áreas de pobreza, as periferias urbanas, ao longo desse processo.

2. OS CONFLITOS URBANOS EM FLORIANÓPOLIS: UMA HISTÓRIA DE SEGREGAÇÃO DO MIGRANTE

Em Florianópolis a história de conflitos urbanos remete diretamente ao personagem do migrante. Nos anos 1990 os movimentos de ocupação organizada de terras urbanas que ocorreram em Florianópolis tanto na parte insular como na continental tiveram uma expressiva presença de sem-tetos que não eram nascidos em Florianópolis. Para que acompanhou de perto o longo processo de surgimento e amadurecimento desse movimento que culminou nas ocupações organizadas de 1990, 1991 e 1992, não houve novidade nesse dado. Desde o início dos anos 1980 apoiou-se numa instituição voltada para os migrantes: o Centro de Apoio e Promoção do Migrante, o CAPROM.

Essa instituição ligada à igreja católica, surgiu em 1983 com objetivo de dar apoio a migrantes que chegavam em Florianópolis e tinham dificuldades de moradia. Um expressivo contingente era formado por atingidos pelas enchentes do rio Itajaí-Açu, que afetou cidades da região Blumenau nos anos de 1982 e 1983. De um trabalho de cunho assistencialista, rapidamente passou a organizar os moradores no sentido de cobrar das autoridades solução para os seus problemas de moradia. Aglutinava não só associações de bairros com demandas em torno de serviços urbanos, equipamentos, infraestrutura urbana, mas principalmente, aqueles moradores das áreas mais pobres, irregulares, ameaçados de despejo.

A uma evolução no plano organizativo correspondeu uma maior radicalização das ações. O trabalho cotidiano com os moradores recém-chegados à cidade, proporcionou que, com o passar do tempo, ações meramente reivindicativas (como cobrar a distribuição

¹ O conceito de estigma é incorporado à análise tem como base Goffman (1982), para quem o estigma estabelece uma relação impessoal com o outro; o sujeito não surge como uma individualidade concreta, mas como representação circunstancial de certas características típicas da classe do estigma, com determinações e marcas internas que podem sinalizar um desvio, mas também uma diferença de identidade social.

de cestas básicas) se desdobrassem em ações de caráter mais propositivo, como a ocupação de terras (públicas ou privadas) que exigiam políticas habitacionais para os setores mais pobres da cidade.

Evitaram se confundir com associações com perfil de classe média, ou com aquelas do chamado interior da ilha, na verdade nas áreas litorânea, que abrigavam muitas das chamadas comunidades tradicionais, áreas em que predominavam (e predomina ainda) a economia de pesca e a pequena agricultura. Em tais áreas era comum a presença de líderes políticos ligados aos partidos políticos e às redes clientelistas da política local. Mesmo naquelas localidades em que havia a presença de movimentos e atores que questionavam a política social dos governos ligados ao regime militar (e de seus herdeiros políticos, após 1985, com a instituição), a escolha foi por evitar a articulação com esses setores. Defendiam uma autonomia que poderia ser prejudicada se ficassem diluídos numa mesma articulação política. Evitaram por isso, integrar a União Florianopolitana de Entidades Comunitárias, a UFECO, fundada em 1986.

Assim, se fortalecia na cidade um setor que aglutinava os setores mais excluídos da cidade, reunindo as localidades surgidas das ocupações e aquelas associações dos bairros mais pobres da cidade. Essas áreas tinham em comum a presença de muitos moradores provenientes de outros municípios e estados.

No caso específico das localidades surgidas das ocupações de sem-teto isso ficava muito evidente. A composição do grupo que fez surgir a localidade que investiguei na época (entre 1990 e 1992) evidenciava uma realidade que confrontava a imagem que interessava a governantes e empresários do setor turístico e imobiliário propagar de Florianópolis. O grupo de sem-teto não era constituído apenas por migrantes provenientes diretamente do campo, que chegavam à iludidos por promessas de uma vida menos dura que a do campo. Um levantamento realizado pelo CAPROM em 1990 mostrava que 17,3% eram naturais de Florianópolis. 26,7% haviam nascido em outros estados (cuja maioria era dos estados vizinhos RS e PR) (AZIBEIRO, 2006, p. 178). No entanto, o dado mais destacado pelas lideranças era o fato de que na época da ocupação apenas 5% não viviam em municípios da Grande Florianópolis, e que 65% dos não naturais de Florianópolis moravam em Florianópolis há mais de 10 anos. Ou seja, a denúncia, no caso dessa ocupação, focalizava o fato de que a cidade não incluía novos moradores pobres, não lhes dando oportunidades e condições dignas de vida. Com isso, o movimento dos sem-teto contestava e redesenhava as fronteiras do político na cidade, no sentido definido

por David Slater (2000), percebendo nessa capacidade uma das principais potencialidades dos movimentos sociais.

3. O CRESCIMENTO DA CIDADE E SEUS CONFLITOS

A cidade teve um forte crescimento populacional entre os dois períodos em que ocorreram os movimentos de luta por moradia (entre 1990 e 2015). Se comparado a outras cidades brasileiras, especialmente aquelas que ocupam a faixa litorânea do país, pode-se afirmar que seu crescimento foi tardio. Florianópolis não experimentou com a mesma intensidade a migração campo cidade enfrentada por outras cidades brasileiras nas décadas anteriores (especialmente nos anos 1950 e 1960).

Se retrocedermos algumas décadas na história de Florianópolis veremos que isso se deve ao fato de que a opção de desenvolvimento econômico feita pelas classes dominantes locais foi pela cidade turística, e não, como em outras capitais, pela cidade industrial². Tal processo conduziu a uma forte e específica valorização do capital imobiliário (Canella, 2015, p. 7).

Com a atividade turística tornando-se uma opção quase exclusiva de desenvolvimento, a intensificação da especulação imobiliária conduziu à abertura de novas rotas, com investimentos públicos em vias de acesso, em equipamentos urbanos e obras de infraestrutura, as quais se converteram em elementos centrais na agenda de prioridades dos governantes. É com esse sentido que podem ser entendidas grandes obras públicas, como as duas pontes e a avenida Beira-Mar Norte, tal como analisado por Sugai (2015) e Peres (1994). Isso impulsionou uma significativa elevação de preços de áreas que anteriormente não tinham qualquer valor no mercado imobiliário, especialmente das áreas que se encontram no caminho das praias do norte da ilha. As próprias terras de uso comum, importante elemento da formação socioespacial açoriana, “acabaram cercadas sem nenhuma produção, certamente à espera de valorização imobiliária”, como bem observou Nazareno Campos em seu estudo sobre as terras comunais na Ilha de Santa Catarina (CAMPOS, 1991, p.153).

² Os projetos das elites locais contrariaram os urbanistas que projetavam, nos anos 1950, um futuro industrial para cidade. Tal como analisado por Reinaldo Lohn (2002), setores que compunham o bloco de poder local optaram pelo turismo como via de desenvolvimento da cidade, contemplando seus interesses com a consequente valorização da terra e a expansão do setor imobiliário.

Outra especificidade a ser considerada nessa valorização do capital imobiliário relaciona-se com a noção de cidade-mercadoria. Com o turismo, Florianópolis tornou-se uma cidade a ser vendida, colocando-se em competição com outras cidades, e no qual o marketing urbano passou a ter um peso cada vez maior no planejamento e gestão das cidades – nas palavras de Carlos Vainer (2000), converte-se numa cidade-mercadoria. Ou seja, além de um espaço de valorização do capital, a cidade se tornou também objeto de valorização do capital, sendo ela mesma o produto a ser vendido (CANELLA; TORNQUIST; MAGALHÃES, 2014, p. 3). Uma vez que passa a ser uma necessidade para a venda da cidade como mercadoria turística, a construção da imagem é, portanto, uma das especificidades a ser considerada em uma região metropolitana que não se caracterizou pelo desenvolvimento industrial,

Assim como era importante para a venda de Florianópolis veicular a imagem de cidade tranquila, com qualidade de vida e com belezas naturais, se fazia necessário silenciar e invisibilizar aqueles aspectos que poderiam desautorizar a venda desse produto, como as áreas de pobreza e os conflitos sociais. Para além dos efeitos de estigmatização produzido contra muitos segmentos da população, que trataremos mais adiante, essas representações da cidade tinham como efeito um vazio de políticas sociais. Uma vez que o problema da habitação não era assumido claramente pela cidade como um dos seus problemas, criava-se uma situação que favorecia a omissão, a inoperância ou a ineficácia de políticas sociais que equacionassem as demandas surgidas.

Maria Inês Sugai aponta que em pesquisa realizada em 2004 na área conurbada da Grande Florianópolis, constatou a existência de 61 assentamentos informais em Florianópolis. Nos outros municípios da área conurbada foram contabilizadas 110 áreas de ocupação irregular: 67 em São José, 27 em Palhoça e 16 em Biguaçu. Com isso, chegasse a um total de 171 favelas e assentamentos consolidados informais cujos habitantes representavam mais de 14% da população da área conurbada de Florianópolis³. A maior concentração de favelas ocorria na área central da Ilha, ao redor das encostas do Maciço Central, onde foram contabilizadas 21 favelas e assentamentos consolidados.” (SUGAI et al apud Sugai, 2009).

Em 2012, ano em que surgiu a Ocupação Contestado, o déficit habitacional em Florianópolis aproximava-se de 15 mil domicílios. Nesse mesmo ano a Prefeitura

³ O Dados do CEM (2007) mostram um percentual muito próximo da pesquisa INFOSOLO acerca da população de Florianópolis que moram em espaços de pobreza (13%). A comparação com outras cidades como Porto Alegre (16%), Rio de Janeiro (24%) e São Paulo (14%), revelam que Florianópolis não é tão paradisíaca como se pensa.

divulgava dados sobre uma lista com 15 mil famílias a espera de uma moradia subsidiada pelo estado, algumas há mais de 30 anos. Segundo o Censo de 2010, o número de imóveis ociosos na capital catarinense é de 46 mil, sendo que 21 mil são classificados na categoria de domicílios particulares não ocupados vagos, o que seria suficiente para zerar o déficit habitacional do município. Além de evidenciarem a dificuldade em morar em Florianópolis, os dados do déficit habitacional demonstram que um dos fatores relacionados à segregação urbana reside na ausência de políticas habitacionais. (TORNQUIST; CANELLA; MAGALHÃES, 2015, p.6-7)

4. MIGRAÇÃO EM SANTA CATARINA E GRANDE FLORIANÓPOLIS

A análise das recentes migrações internas no Brasil tem revelando o estado de Santa Catarina como destino bastante atrativo para os migrantes. As taxas de crescimento têm permanecido acima das médias nacional e regional, como veremos. Dos estados da Região Sul, Santa Catarina foi o único que aumentou sua participação no total da população brasileira.

A análise das recentes migrações internas no Brasil tem revelando o estado de Santa Catarina como destino bastante atrativo para os migrantes. As taxas de crescimento têm permanecido acima das médias nacional e regional, como veremos. Dos estados da Região Sul, Santa Catarina foi o único que aumentou sua participação no total da população brasileira.

A porção leste do Estado, composta pelas mesorregiões Norte Catarinense, Vale do Itajaí, Grande Florianópolis e Sul Catarinense, estas regiões têm se caracterizado por processos de diversificação produtiva e industrialização e pela intensa urbanização tornando-se importante espaço receptor de população; 70% de todo o PIB gerado em 2011 teve como lócus as mesorregiões Grande Florianópolis, Norte Catarinense e Vale do Itajaí (DESCHAMPS; DELGADO, 2014).

A litoralização deve ser analisada a partir de dois aspectos: por um lado, a força de expulsão de algumas regiões do estado em direção ao litoral e por outro de fatores que atraem as pessoas. A litoralização está assim ligada ao processo de concentração fundiária e de renda, e o conseqüente enfraquecimento da pequena propriedade, com a incorporação de produtores rurais como integrados de grandes empresas agroindustriais, como visto anteriormente. Diversos autores têm destacado que mesmo sendo a busca por trabalho a principal motivação para a migração apontada pelos migrantes, também interfere na

decisão a busca por melhor qualidade de vida e menores índices de violência. Além de se constituírem como fatores explicativos complementares à questão econômica da busca por trabalho, essas características encontradas em cidades do litoral catarinense também contribuem na elucidação da tendência nacional de crescimento de cidades de médio porte.

Da população total residente em Santa Catarina segundo o último Censo (6.248.436 pessoas) 301 mil pessoas não residiam em Santa Catarina há cinco anos em relação a aplicação do censo (2005). Trata-se de migrantes internos que vieram buscar no estado melhores condições de vida e trabalho. Embora sejam imigrantes sobretudo da região sul e sudeste do país, não é nada desprezível o número de imigrantes vindos da região nordeste e mesmo do centro-oeste, ressaltando a posição de Santa Catarina enquanto polo de absorção de imigrantes internos no Brasil.

Nos dados abaixo, destacamos o aumento da participação proporcional de nascidos no Nordeste, na comparação entre os 3 censos. A cada censo, a presença de nordestinos vem dobrando. Embora não seja a população mais numerosa, é a que mais cresce em termos proporcionais. O mesmo pode ser verificado com relação aos nascidos na região Norte. Demonstra a importância, em números relativos, de não naturais de Santa Catarina, residindo no estado. Acompanhando as tendências de imigrações internacionais, observa-se ainda o crescimento da participação de mulheres no grupo de não naturais de SC (censos de 2000 e 2010).

5. OCUPAÇÕES URBANAS E MIGRAÇÃO

Como se configura nos municípios da Grande Florianópolis, especialmente na área conurbada, que é objeto dessa análise, essa dinâmica migratória? Na Grande Florianópolis, além da presença de muitos migrantes, é necessário atentar para as migrações intraurbanas. Magalhães e Tonin (2015) observam que os percentuais dos moradores não nascidos em Florianópolis (52,18%) e em São José (61,05%), Biguaçu (42,38%) e Palhoça (57,32%) aproximam-se do percentual estado como um todo (45,61%). Mas destacam que a capital possui uma especificidade: um percentual de sua população não nascida no estado de Santa Catarina bastante mais elevado que o percentual catarinense e dos municípios vizinhos: 30,38%, contra o percentual estadual de 17,89% (São José 17,18%, Palhoça, 13,43% e Biguaçu 12,79%)

A presença expressiva de pessoas não naturais do município em que residem, em São José e Palhoça, segundo os autores, é parte de um fenômeno relacionado “ao

processo migratório, à especulação imobiliária e à periferização urbana horizontal, qual seja, a intensificação da mobilidade intraurbana como promotora da expansão da ocupação das periferias das cidades de São José e Palhoça”. (2015, p. 232).

A elevação da renda da terra em Florianópolis, provocando o crescimento do valor dos aluguéis e do preço dos imóveis e terrenos urbanos estimula, desse modo, a migração intraurbana na Grande Florianópolis, especialmente da população mais pobre.

É o caso da favela Frei Damião, apontada em recente estudo como a maior favela do estado. 61% dos moradores, que se distribuem pelas 1346 moradias sobrevivem com renda mensal inferior a um salário mínimo. A penas 265 residências estão ligadas à rede de esgoto sanitário, sendo que 152 famílias não são atingidas pela coleta de lixo e outras 10 casas não possuem sequer banheiro ou vaso sanitário. O que tem explicado a presença cada vez maior de migrantes nos municípios vizinhos a Florianópolis.

A partir de 2012 tem início o que caracterizei como sendo um novo ciclo de ocupações na Grande Florianópolis, envolvendo áreas da capital e de São José. É no contexto de crescimento populacional acompanhado do aumento das áreas de pobreza na Grande Florianópolis que novas ocupações passaram a ocorrer. Desta vez expandiram-se pela área metropolitana, não se restringindo ao município de Florianópolis. A tendência a uma periferização, relacionada ao fenômeno migratório, como apontada acima se confirmou no caso da primeira das ocupações desse novo ciclo, a Ocupação Contestado. Ela ocorreu em finais de 2012, surgindo de forma espontânea, sem planejamento prévio, sem uma estratégia coletiva organizada para tomar um terreno, na periferia do município de São José. Na verdade, foram vítimas de uma promessa eleitoral não cumprida. Mas acabou por assumir um caráter organizado em razão das circunstâncias de seu surgimento - o fato de terem sido vítimas de uma manobra eleitoral que, ao invés de terem seus terrenos regularizados acabaram por se tornarem sem-tetos. A partir da ordem judicial de despejo, passaram a contar com o apoio de dois grupos organizados, formados na maioria por estudantes, as Brigadas Populares e o Coletivo Bandeira Negra.

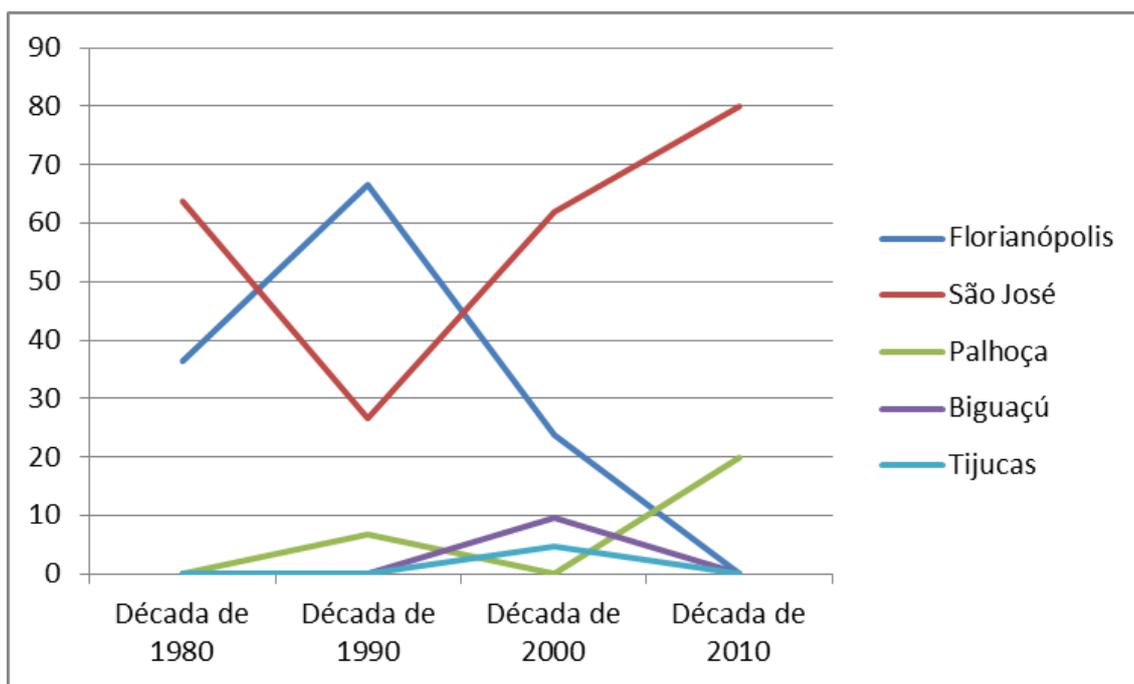
A outra ocupação foi a Palmares, também surgida de forma espontânea, mas que passou se organizar a partir das ameaças de despejo. Ocuparam encostas próximas à Universidade Federal de Santa Catarina, no coração da ilha, e passaram a contar com o apoio de estudantes universitários organizados principalmente em torno do Coletivo Bandeira Negra, que também atuava na Contestado. Por ocuparem uma área de risco de deslizamentos, acabaram por ser removidos, com maioria das famílias destinadas ao aluguel social.

Em finais de 2013 surgiu a ocupação Amarildo, organizada e apoiada por uma dissidência do Movimento Sem-Terra, as Brigadas Marighella. A mesma congregou muitas pessoas (mais de 700 famílias), ocupando uma área próxima rodovia SC-401, que dá acesso às valorizadas praias do norte da Ilha. Em razão disso, enfrentando forte pressão política e midiática, deslocaram o acampamento para outras áreas, e acabaram por ficarem reduzidos a poucas famílias em um assentamento de área rural, a 60 quilômetros de Florianópolis.

Essas ocupações tiveram como elemento comum a presença de migrantes não apenas vindos do interior, ou dos estados vizinhos da Região Sul (Paraná e Rio Grande do Sul), mas também de outras regiões do país, notadamente do Nordeste.

Com relação ao processo de periferização da pobreza na Grande Florianópolis, é importante destacar alguns dados de pesquisa realizada com os moradores na Ocupação Contestado, os quais revelam que entre aqueles moradores que chegaram à área metropolitana nas décadas de 1980 foi muito maior a proporção dos que tiveram como primeira moradia alguma localidade do município de Florianópolis, se comparados com os que aqui chegaram na primeira década do século. Para os novos migrantes, os principais pontos de chegada foram os municípios de São José, Biguaçu e Palhoça. Embora os dados se refiram a uma pequena amostra, eles permitem afirmar que os migrantes pobres do presente encontram muito mais dificuldades se estabelecerem em Florianópolis do que os do passado.

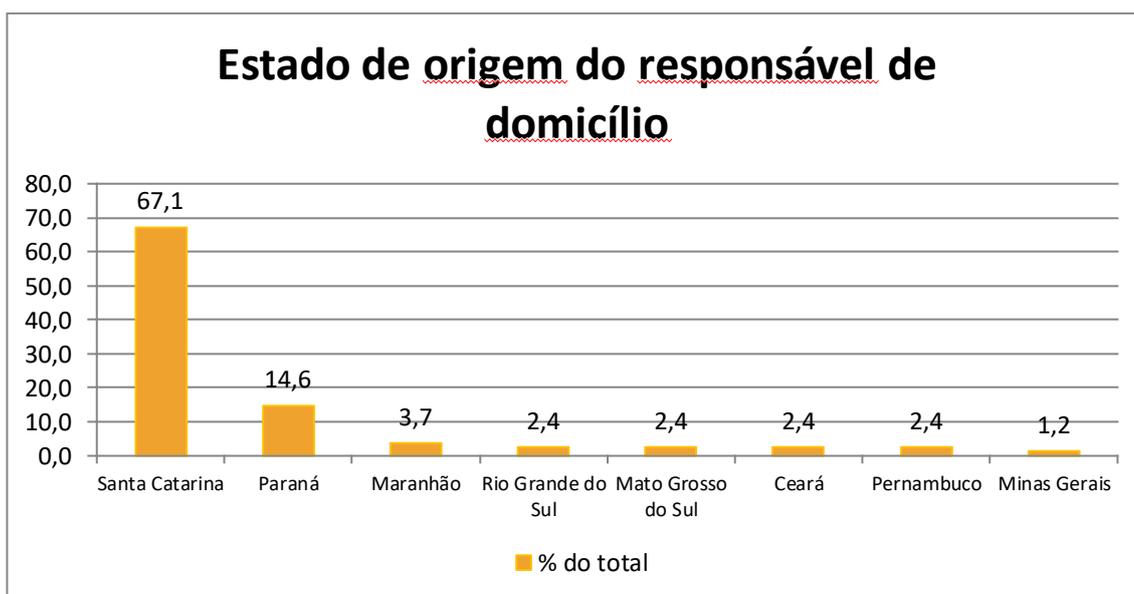
Gráfico 1: Município de chegada à Grande Florianópolis por décadas



Fonte: Pesquisa O movimento sem-teto e a Ocupação Contestado: perfil social e trajetórias de vida dos moradores. UDESC, 2013-2015

Com relação ao estado de origem, os moradores da Contestado são majoritariamente nascidos em Santa Catarina, conforme o gráfico abaixo.

Gráfico 2: Estado de origem do responsável de domicílio



Fonte: Pesquisa O movimento sem-teto e a Ocupação Contestado... 2013-2015

Outro dado a ser considerado é que o contingente mais expressivo dos migrantes do movimento sem-teto da década de 1990 era proveniente das mesmas mesorregiões que predominam na Ocupação Contestado, onde quase metade dos moradores (44,8%) nasceram nas mesorregiões Oeste e Serrana.

No caso da ocupação Amarildo, embora não tenhamos dados sistematizados por mesorregiões de Santa Catarina, há um expressivo número de migrantes do próprio estado (37%) com 15% destes nascidos em Florianópolis. Somando-se o percentual dos estados vizinhos, chega-se a 70% de ocupantes da própria Região Sul. Na época, ao senso comum, veiculado na mídia e por muitos políticos, que apontava o problema como tendo origem no empobrecimento das áreas rurais, o movimento já respondia que a questão se relacionava principalmente com a falta de oportunidades da cidade, argumentando que eram migrantes, sim, mas há longa data vivendo nos bairros de periferia da Grande Florianópolis (CANELLA, 1992, p. 89).

No entanto, merece ser destacado que na Ocupação Contestado, dos 20 moradores nascidos na Grande Florianópolis, apenas 8 têm o pai ou a mãe nascidos na Região Metropolitana. A composição social revela não apenas a existência de migrantes, mas também a presença de uma geração de filhos de migrantes. Ou seja: os dados analisados evidenciam uma dinâmica de cidade que prossegue não incorporando sua pobreza, especialmente aquela formada por moradores provenientes de outras regiões.

No caso da ocupação Amarildo mesmo que o cadastro realizado com 485 famílias aponte uma maioria nascida na da Região Sul, foram cadastradas 105 famílias das regiões Norte e Nordeste, perfazendo 21,6% das famílias da ocupação, percentual considerado elevado para Santa Catarina. Migrantes vindos de estados mais distantes do Sul como Bahia, Alagoas, Pernambuco ou Pará não era algo comum em Santa Catarina. Logo, adquiriu bastante visibilidade na cidade essa presença na ocupação.

O mesmo acontece com a Ocupação Palmares. Apesar de não termos dados sistematizados há uma presença significativa de população migrante. Ao contrário da ocupação Contestado, cuja maioria são migrantes da própria região sul., aqui se destaca a forte presença de pessoas nascidas em estados da Região Nordeste. uma parcela significativa era constituída por trabalhadores (e trabalhadoras de empresas que prestam serviços terceirizados nas proximidades do bairro, especialmente na UFSC e na ELETROSUL.

O que cabe destacar que a composição da população das ocupações por região de origem acompanha a tendência de aumento da participação proporcional de nascidos no Nordeste apontada nos últimos censos.

6. SEGREGAÇÃO URBANA E OCUPAÇÕES URBANAS

O que permite caracterizar a cidade como segregadora? Em seus estudos sobre os espaços urbanos segregados, Ruben Kaztman (2001), procura refinar algumas categorias para análise da questão da distância social nas cidades. Nesse sentido, estabelece a distinção entre as seguintes categorias: diferenciação espacial, segmentação espacial e segregação espacial. A *diferenciação* indica diferenças nos atributos de duas ou mais categorias sociais; a *segmentação* agrega à diferenciação a referência à existência de barreiras para a passagem de uma categoria ou outra; por sua vez, a *segregação* agrega à diferenciação e à segmentação uma referência à vontade dos membros de uma ou outra categoria de manter ou elevar a separação entre si.

A segregação residencial estaria ligada para esse sociólogo a mudanças que conduzem os pobres ao isolamento das correntes predominantes da sociedade (*mainstream*). Em seus termos, a segregação envolve uma intencionalidade. Assim, pensar Florianópolis a partir da proposição Kaztman requer, ao falar em segregação, atentar para o discurso produzido sobre aquele que se pretende excluir ou isolar. Essa face da segregação, a sua intencionalidade, está presente nas representações sobre a cidade que se pretende construir.

Essa intencionalidade pode ser verificada no primeiro ciclo de ocupações, nos quais a estigmatização do migrante constituiu-se como um dos elementos que envolveram as ocupações. Mais do que um elemento episódico, sustenta-se aqui, o estigma ao migrante, coroado nas usuais expressões do vocabulário nativo “os de fora”, ou “os estrangeiros”, passou a ser um elemento presente de forma constante na cidade, e as situações conflitivas permitem que eles sejam evidenciados.

. Destaco aqui dois fatos⁴. O primeiro refere-se ao ativo engajamento da mídia local na campanha "Amigos de Florianópolis", patrocinada por empresários e publicitários locais “cansados” dos embargos promovidos por movimentos sociais e ONGs que, na sua visão eram os responsáveis pela estagnação da cidade, ao

⁴ As principais fontes para esses fatos são trabalhos de Rafael Damaceno Dias (2006) e Chris Granato de Macedo (2007), que analisaram as tensões e socioculturais e as imagens construídas de Florianópolis nos anos 1990 a partir das colunas dos jornalistas Cacau Menezes, Paulo da Costa Ramos e Beto Stodieck.

inviabilizarem projetos de grandes empreendimentos imobiliários na capital. Nas oposições "amigos" versus "inimigos", os "a favor" versus "os contra", veiculadas pela campanha, ficava bem evidente que elas se estendiam também aos "de fora". Tal campanha publicitária, após um período de veiculação na mídia impressa, radiofônica e televisiva, foi retirada por ordem judicial.

Outro fato refere-se às eleições municipais de 1996. A candidata apoiada por setores ligados ao capital imobiliário (cujo lema de campanha era “Capital da Gente”), atacou em sua campanha “os de fora” da cidade, produzindo, com isso, no debate sobre o crescimento da cidade, uma inversão de sentidos entre as forças em disputa: aqueles que votavam no candidato apoiado pelos movimentos sociais, tinham em sua plataforma o questionamento do crescimento desordenado da cidade, mas foram por seus opositores identificados como "invasores". Acabavam, assim, sendo responsabilizados por aquilo que criticavam em seus antagonistas. – uma vez que a "invasão por estrangeiros", com seus problemas para a população nativa resultava da associação entre políticos conservadores locais e o capital imobiliário. Os diferentes e antagônicos projetos eram evidenciados nos conflitos entre movimentos sociais e poder público (especialmente prefeitura e câmara de vereadores) em questões como o zoneamento urbano e legislação ambiental. No entanto, o decisivo apoio da mídia local, foi fundamental para conquistar o eleitorado da cidade, especialmente entre os "nativos", em razão dos rumos que o crescimento da cidade vinha tomando, e a candidata da “Capital da Gente”, ao identificar nos “de fora” o responsável pelos problemas da cidade, venceu as eleições.

Nas ocupações do segundo ciclo, ocorridos na presente década, é possível depreender diferentes significados, dependendo das questões que as ações colocavam em confronto. A cidade e os atores envolvidos foram representados de acordo com o que as distintas situações suscitavam.

Os sem-tetos da Ocupação Contestado ingressaram na cena pública como vítimas de uma promessa eleitoral não cumprida. Em razão disso, adquiriram uma legitimidade que os poupou dos ataques pela imprensa local. Além do mais, a sua ação não foi de grande visibilidade, pois não atacou o coração do turismo da Ilha da Magia, restringindo-se às margens da cidade e dos acontecimentos do cotidiano da Grande Florianópolis.

No entanto, sofrem com a repressão policial, a qual, sendo rotineira, contribui para associar a imagem dos moradores à representação de "marginais", "bandidos", "foras da lei", "desocupados", "traficantes" categorias que negam o universo do trabalho e da

ordem. A representação relacionada ao migrante tem sido acionada pela vizinhança, mas não pela mídia ou políticos.

Contra a Ocupação Palmares, em área de risco, uma razão técnica, envolvendo a segurança dos moradores, justificou a remoção dos moradores. Nesse caso cabe a reflexão do quanto essa razão técnica, tomada como "inquestionável", confere legitimidade às ações de demolição que negam o direito à moradia dessa população pobre. Alguns estudos técnicos revelam a existência de tratamento diferenciado dispensado a diferentes atores. Um estudo nas encostas onde se situava a Ocupação palmares revelou que as áreas consideradas de risco não são pontuais, "havendo uma situação de risco generalizada em várias porções da área de estudo". De acordo com a autora do estudo, "as situações naturais do local influenciam inclusive nas áreas com menores altitudes cujos residentes possuem renda mais elevada" (Gerente, 2014, p. 25), mas que não foram, no entanto, alvo de ações de despejo.

Foi com os Amarildos que o estigma ficou mais evidente. Ao ocuparem uma área de grande visibilidade e de elevada valorização fundiária, num terreno que havia sido tomado durante o regime militar por um deputado aliado da ditadura, foram os sem-teto duramente atacados na imprensa como invasores e desordeiros (do Movimento Sem-Terra) e como ameaça à ordem e à propriedade privada. Mas não se verificou na mídia local e entre os agentes estatais, conteúdos xenófobos e discriminatórios. Porém, em muitos comentários de leitores de matérias veiculadas na internet veiculavam-se discursos altamente preconceituosos. O reconhecimento desse preconceito contra "os de fora" provocou resposta no jornal da ocupação, a Folha Amarildo, denunciando o preconceito e a xenofobia contra os ocupantes.

As ocupações permitem demonstrar que o preconceito contra o migrante, com representações estigmatizadoras contra os de fora pode ou não ser acionada em situações de conflito. Mas é inegável o fato de que ela está presente, portanto, passível de ser acionada pelos antagonistas dependendo da natureza do conflito, do que estiver em jogo em cada situação específica, como foi visto no caso dos Amarildos, quando essas representações foram acionadas, o que não aconteceu com a Ocupação Contestado.

Outros dois fatos corroboram a presença do estigma contra o migrante. Primeiro, o caso do ataque a migrantes baianos de um bairro de Brusque através da distribuição de um panfleto apócrifo intitulado "Aviso aos baianos", no qual o grupo responsável pela sua elaboração se identificava como "cidadãos trabalhadores, honestos e honrados"

confirma a presença desse estigma contra grupos migrantes⁵. Nesse conflito entre vizinhos, por conta do barulho da música e motocicletas, que culmina com ameaça de morte, colocou-se como elemento do conflito a atribuição de suas causas a um grupo étnico e a consequente ameaça a ele.

O segundo fato diz respeito ao ano de 2014, em que ocorreram eleições, o preconceito contra nordestinos também se manifestou em Florianópolis na identificação da candidatura de Dilma Rousseff. Nas redes sociais igualmente podem ser identificados conteúdos que atribuem aos "de fora" os problemas da cidade ou do estado, com críticas a turistas e ao turismo. Tal como no vídeo "Floripa invadida". E nos adesivos para carros com a frase "visite Floripa mas não esqueça de ir embora". Apesar de em alguns momentos questionarem as consequências do turismo, essas campanhas acabam por fortalecer significados de rejeição aos de fora, contribuindo para a estigma do migrante, especialmente se ele fizer parte de um segmento pobre (CANELLA, 2015, p. 238)

. Para os que se beneficiam da transformação de Florianópolis em cidade mercadoria, a pobreza não combina com a qualidade de vida de uma cidade tranquila e aprazível. Com isso, reforça-se uma continuidade entre a estigmatização do migrante e a afirmação de uma representação de cidade voltada à atração de investimentos turísticos. Se antes o problema residia no migrante pobre, pois ele prejudicava o turismo (manchando com a sua presença a imagem de cidade paradisíaca), agora o migrante torna-se um problema porque identificado com as consequências negativas do turismo (os problemas ambientais, de mobilidade urbana e habitacionais) (CANELLA, 2015, p. 238).

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O crescimento da região Metropolitana de Florianópolis tem tido como um dos seus efeitos, estigmatização do migrante, a qual só é possível a partir da produção de todo um conjunto de representações que identifica nos fluxos migratórios a origem dos problemas enfrentado pelas cidades. Confrontados com dados sistematizados pelas pesquisas empíricas, essas representações revelam a dura camada de ideias preconcebidas, as quais comprometem a compreensão da complexidade de fenômenos que deveriam se alvo de criteriosas políticas públicas. O migrante, ou o "que vem de fora" (para empregar o linguajar corrente) é tomado como a origem dos problemas urbanos. E não a cidade e a sua falta de oportunidades. Os moradores das "problemáticas" ocupações

⁵ Em artigo de Francisco Canella (2015), este episódio é descrito com maiores detalhes.

urbanas seriam, principalmente, imigrantes de outros estados, especialmente nordestinos. O interesse em conferir visibilidade parece residir no interesse em vincular o Nordeste à imagem de uma região de pobreza, favorecendo, com isso, o estigma do migrante problema.

Dados coletados na Ocupação Contestado contradizem essa imagem que se pretende veicular, pois revelam a continuidade de um fluxo migratório que ocorre dentro do próprio estado, resultado das desigualdades produzidas em Santa Catarina e, historicamente, não resolvidas. Os dados revelando que muitos moradores das áreas ocupadas são nascidos na Grande Florianópolis, ou moradores de longa data na Região Metropolitana, confirma que não se trata do problema do migrante, mas da dificuldade dos moradores (muitos deles descendentes desses migrantes, que fizeram parte dos históricos fluxos migratórios, que provêm do estado de SC) se integrarem à cidade. É nesse aspecto que a cidade revela sua face de segregação.

Com relação à periferização da pobreza, cabe ainda observar que a produção de uma narrativa que exclui e estigmatiza, parte importante do processo de segregação, dificulta o aprofundamento de um debate fundamental para o futuro das cidades. O modelo clássico de periferia, formada por um contingente de migrantes provenientes diretamente do campo, parece não se verificar mais no caso de muitas das localidades que surgiram ou têm se expandido nas duas últimas décadas. Também não se trata de antigos bairros populares ocupados pelas camadas empobrecidas da cidade. As ocupações aqui analisadas, ao constatarem a significativa presença de fluxos migratórios intraurbanos, indica a expansão de áreas de pobreza com características diferenciadas. Elas correspondem muito mais a um novo tipo de periferia que emerge num período marcado por emprego precário, informalidade do trabalho, desemprego.

O receio é que a compreensão adequada sobre essas novas periferias acabe por não ser incorporada pelas políticas públicas tão fundamentais para esses setores da população.

REFERÊNCIAS

AZIBEIRO, Nadir Esperança. **Educação intercultural e comunidades de periferia:** limiar da formação de educadoras. 2006. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

CANELLA, Francisco. **Entre o local e a cidade:** memórias e experiências de duas gerações de moradores da periferia urbana em Florianópolis (1990-2010). Tese

(Doutorado em Ciências Sociais) - Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2011.

_____. **A UFECO e o Movimento dos Sem-Teto:** práticas instituintes nos espaços políticos da cidade. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1992.

_____. Cidade turística, cidade de migrantes: movimento dos sem-teto e representações sociais em Florianópolis (1989 - 2015) **Revista Libertas**, Juiz de Fora, v.15, n.2, p. 215-242, ago./dez.2015.

_____. et al. : Pesquisa **O movimento sem-teto e a Ocupação Contestado:** perfil social e trajetórias de vida dos moradores. Florianópolis, UDESC, 2013-2015

CAMPOS, Nazareno José. **Terras comunais e pequena produção açoriana na Ilha de Santa Catarina.** Florianópolis: UFSC, 1991.

DESCHAMPS, Marley V.; DELGADO, Paulo R. **Santa Catarina no contexto migratório nacional:** um estudo dos fluxos e das características de quem migra. XIX Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, São Pedro/SP – Brasil, 24 – 28 nov. 2014.

DIAS, Rafael Damaceno. **Fora Haole!** Tensões socioculturais em Florianópolis a partir de Beto Stodieck e Cacau Menezes (1975 a 1981 e 1992 a 1998). Trabalho de Conclusão de Curso (História) , Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC. 2006.

GAMBOA, Robson. Na maior favela de SC, 61% das pessoas sobrevivem com menos de um salário. **Notícias do Dia.** 19 de junho de 2013. Disponível em:http://www.tudosobrefloripa.com.br/index.php/desc_noticias/na_maior_favela_de_sc_61_sobrevivem_com_menos_de_um_salario_minimo. Acesso:14.06.2015

GOFFMAN, Erving. **Estigma:** notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

LOHN, Reinaldo. **Pontes para o futuro:** relações de poder e cultura urbana. Florianópolis, 1950 a 1970. 2002. Tese (Doutorado em História) - UFRGS. Porto Alegre.

MACEDO, Chris Granato de. **Amigos de Florianópolis?** Os “do contra” e os “a favor” na perspectiva de Paulo da Costa Ramos. Trabalho de Conclusão de Curso (História) Universidade do Estado de Santa Catarina,. Florianópolis, 2007.

MAGALHÃES, Luís Felipe Aires; TONIN, Vitor Hugo. Segregação socioespacial e luta por moradia na Grande Florianópolis: raízes e características da Ocupação Contestado. **Revista de Ciências Humanas**, Florianópolis, v. 49, n. 2, p. 224-255, jul-dez 2015.

PERES, Lino. **Crisis de un padrón de desarrollo territorial y su impacto urbano-habitacional en Brasil (1964-1992)**. 1994. Tese (Doutorado) - Universidad Nacional Autónoma de México, Ciudad de México, 1994.

SLATER, David. Repensando a espacialidade dos movimentos sociais. In ALVAREZ, Sonia F; DAGNINO, Evelina ; ESCOBAR, Arturo. **Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos**: novas leituras. Belo Horizonte: UFMG, 2000.

SUGAI, Maria Inês. Há favelas e pobreza na “Ilha da magia”? In: ABRAMO, Pedro (Org.). **Favela e mercado informal**: a nova porta de entrada dos pobres nas cidades brasileiras. Porto Alegre: ANTAC, v. 10, 2009. p. 162-199. (Coleção Habitare).

_____. **Segregação silenciosa**: investimentos públicos e dinâmica socioespacial na área conurbada de Florianópolis (1970-2000). Florianópolis, Editora da UFSC, 2015.

TORNQUIST, Carmen Susana; CANELLA, Francisco; MAGALHÃES, Luis Felipe Aires; SANTOS, Larissa. Saúde e Trabalho na Ocupação Contestado. In: IX SEMINÁRIO DE SAÚDE DO TRABALHADOR: TRABALHO, PRECARIZAÇÃO E AGRAVOS A SAÚDE DO TRABALHADOR, Franca, SP, set. 2015. **Anais do evento**.

VAINER, Carlos B. - Pátria, empresa e mercadoria - Notas sobre a estratégia discursiva do Planejamento Estratégico Urbano. In: **A cidade do pensamento único**: desmanchando consensos. Petrópolis, RJ: Vozes 2000.